

## A NOVA ERA VARGAS E A INFLUÊNCIA POLÍTICA EM SANTA MARIA (1951 – 1954)<sup>1</sup>

### *THE NEW VARGAS ERA AND ITS POLITICS INFLUENCE IN SANTA MARIA (1951 – 1954)*

Fernanda Siqueira Fiorin<sup>2</sup>

Lenir Cassel Agostini<sup>3</sup>

#### RESUMO

A análise do contexto político nacional, de 1951 a 1954, possibilitou o resgate da importância do período trabalhista, priorizando-se o regional na relação com a política santa-mariense. Santa Maria, graças a seu caráter predominantemente trabalhista, foi uma cidade engajada na realidade brasileira, e ansiava por reformas modernizadoras, como a industrialização e a urbanização. O alcance da política nacional, invariavelmente, refletia no cotidiano local, ensejando, assim, debates políticos tanto entre os representantes do legislativo, como na imprensa da cidade. Esses debates, eram latentes as argumentações nacionalistas *versus* desenvolvimento pelo capital internacional. O estudo desses documentos históricos demonstrou que os cidadãos santa-marienses, de modo geral, mantinham-se atentos aos acontecimentos políticos brasileiros e, ainda, possuíam uma considerável preocupação em discutir as questões debatidas em âmbito nacional. Portanto, havia a influência da política Getulista no contexto sócio-político-econômico de Santa Maria.

**Palavras-chave:** nova era Vargas, política, Santa Maria

#### ABSTRACT

The importance of "Getulista" period (from 1951 to 1954) was researched in this paper; this historical moment was also connected to Santa Maria politics in the local society and economic aspects. Since Santa Maria was a great labour center, there was a considerable number of workers conscious about their interests and rights, so that, the Brazilian national politics and its effects in the town was also researched. Throughout the reading of "A Razão" – the local newspaper – and the town councilor chamber's writings, it was possible to realize that most of the Legislative members were

<sup>1</sup> PROBIC-UNIFRA.

<sup>2</sup> Curso de História - Licenciatura Plena. UNIFRA.

<sup>3</sup> Orientador.

workers representatives; the liberal speech in the town was supported by a small group of politicians. The analyses of many leading articles showed that santa-mariense citizens were concerned about the national issues discussions. Hence, it follows that the *Getulista* national politics influenced a lot in the Santa Maria social, economic and politic context.

**Key words:** new Vargas era, politic, Santa Maria.

## INTRODUÇÃO

Getúlio Vargas, ao retornar à Presidência da República Brasileira, em 1951, por meio de eleições, encontrou um país engajado ao processo capitalista, com marcante expansão urbana. A sociedade assistia à emergência de uma burguesia industrial, de uma camada média e também do proletariado urbano. Diante desta situação, Vargas via a necessidade de expandir a economia brasileira, e assim o fez com seus projetos nacionais de industrialização e adaptação da agricultura às exigências da modernização.

Internacionalmente, as opções políticas não eram favoráveis ao governo Vargas, o que o forçou à prática da chamada “política de barganha”. Esta política dividiu a opinião pública nacional entre “nacionalistas” e “entreguistas”, conforme a aceitação (ou não) à ingerência do capital externo nos empreendimentos ambicionados pelo Estado brasileiro.

Com a finalidade de angariar apoio popular, sob a forma de sociedade de massa, Getúlio Vargas aderiu à prática da política populista. Assim, ele conseguia controlar e manipular o proletariado em prol da burguesia nacional.

Para a construção e resgate da história santa-mariense, a utilização das fontes primárias (jornais locais, atas da Câmara de Vereadores e editoriais) foi instrumento vital à obtenção dos dados, imprescindíveis à redação deste trabalho. Ao longo do texto, denota-se que sua construção seguiu, primeiramente, uma descrição do contexto político santa-mariense, sendo esse, a seguir, confrontado e comparado com os aspectos políticos do estado e da Nação.

## A NOVA ERA VARGAS E A INFLUÊNCIA POLÍTICA EM SANTA MARIA

Por meio da leitura das Atas da Câmara de Vereadores e de exemplares do jornal *A Razão* de Santa Maria, percebeu-se a preocupação dos santa-marienses em debaterem as questões político-econômicas estaduais e tam-

bém nacionais. Dentro do período analisado, de 1951 a 1954, Santa Maria contava com um poder Executivo representante do trabalhismo, fator este que muito contribuiu para a projeção local dos acontecimentos nacionais. Também o Legislativo era composto por uma maioria trabalhista, fortemente ligada à política nacionalista proposta pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas. A minoria que compunha o Legislativo santa-mariense tentava manifestar oposição a esta política por meio de um discurso de caráter liberal (favorável à abertura ao capital estrangeiro), mas suas reivindicações eram “abafadas” por divergirem da conduta necessária à política da época.

O governo do Estado do Rio Grande do Sul, na pessoa do Sr. Ernesto Dornelles, também seguia a ideologia do partido dos trabalhadores, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Sem dúvida essa afinidade partidária entre Estado e Município “encurtava” as distâncias entre este e o governo da Nação.

Em 1951, Santa Maria revelou uma vida de instabilidades. Os discursos proferidos por vereadores na Câmara Municipal, principalmente dos partidos de oposição (Partido Liberal – PL – Partido Social Democrata – PSD – e Partido Social Brasileiro – PSB – entre outros), denunciavam a calamidade nos transportes públicos, tanto no que se referia à qualidade dos ônibus quanto aos abusos que a empresa privada, responsável por este serviço, cometia ao cobrar as tarifas dos passageiros<sup>1</sup>. Estes reclamavam do elevado preço das passagens, de um itinerário insuficiente para atender às necessidades da população, bem como reivindicavam uma melhor qualidade nos carros do transporte coletivo. Os vereadores, por sua vez, reclamavam do não cumprimento do contrato celebrado entre a empresa privada e a prefeitura, o que acarretava em superfaturamento por parte da empresa, isso às custas da população que dependia deste serviço. Nesta questão, verificou-se que houve uma coalizão momentânea entre os socialistas e os conservadores locais com o intuito de fazerem oposição ao poder Executivo. A precariedade dos transportes públicos na cidade se estendeu por todo o período pesquisado, alternando ora momentos de crise intensa, ora de crise amena. Nacionalmente, também se verificou crise concernente ao transporte público, uma vez que era necessário modernizar os serviços prestados.

Em discussões da Câmara de Vereadores se constatou também a denúncia, em maio de 1951, do aumento nos preços da carne, isso quando o produto não era escasso no comércio. Os edis santa-marienses manifestaram sua indignação por meio de discussões na Câmara ou até mesmo no envio de

<sup>1</sup> Câmara de Vereadores de Santa Maria. Atas nº 185/51, 09/05/1951; nº 199/51, 11/06/1951; nº 01/52, 07/01/1952; nº 15/52, 30/05/1952. 1952. A Razão. Santa Maria. 21 mai.

telegramas ao Secretário da Agricultura protestando contra o racionamento do produto na cidade e no Estado. O problema do abastecimento da carne transcendia a mera “falta” do produto, aliás, este não era o real problema, já que, no Rio Grande do Sul, havia gado suficiente para o abate e os produtores estavam bastante satisfeitos com o preço que lhes era pago. A questão era outra: provavelmente por motivos políticos, a carne produzida no Rio Grande do Sul era exportada ao Paraná. Esta questão demonstrou-se latente durante todo o período analisado, sempre alternando momentos de fartura e ausência de carne de gado nos açougues da cidade. Como o produto “sumia” para os consumidores meramente por questões políticas, concluiu-se que a carne saía dos produtores por um preço razoável, mas ao passar por intermediários, os preços elevavam-se, o que tornava o produto muito caro para o consumo da população em geral. Da mesma forma que, no problema do transporte público, o do fornecimento de carne ultrapassou o período delimitado pela pesquisa, sem que se percebesse uma solução satisfatória.

A crise que assolava o país da metade para o fim do período analisado não deixou de refletir suas conseqüências na cidade central do Rio Grande do Sul. Em 1952, o preço dos produtos básicos como arroz, feijão e trigo eram alarmantes, isso quando estes produtos eram encontrados à venda, pois a crise era tão grande que os mesmos “sumiam” das mercearias. Há referências nos jornais locais da época que esta situação era inadmissível num Estado eminentemente agrícola. Editoriais do jornal *A Razão* atribuíam às grandes extensões de terras improdutivas (inúmeras só no Estado do Rio Grande do Sul) a causa da falta e elevação dos preços dos produtos alimentícios. Em 1953, os arroteiros da região pleiteavam melhor preço na safra do produto para o ano seguinte, o que revelou a baixa valorização do arroz, fazendo com que os agricultores gastassem mais do que obtinham com a produção<sup>2</sup>.

Em maio de 1953, o vereador Moacir Santana (PTB) apresentou um projeto de lei da bancada trabalhista, que criava condições de aumentar a produção agrícola do município. Era uma espécie de “reforma agrária municipal”. Este vereador solicitou que fosse o projeto enviado à Câmara de Deputados e ao Senado Federal. Os resultados deste projeto não foram apresentados, pois a Câmara ocupava-se de uma situação política caótica: a maioria dos vereadores encontrava-se viajando ou de licença, o que impedia o andamento dos trabalhos legislativos municipais<sup>3</sup>.

Sobre os problemas na produção e fornecimento de produtos alimentícios em Santa Maria, há um editorial no jornal *A Razão*<sup>4</sup> que atribuiu à

<sup>2</sup> Câmara de Vereadores de Santa Maria. Ata nº 13/52, 23/05/1952; 1953. *A Razão*. Santa Maria. 22 jan.; 1953. *A Razão*. Santa Maria. 20 jan. 1953 *A Razão*. Santa Maria. 17 jan.

<sup>3</sup> 1953. *A Razão*. Santa Maria. Maio.

<sup>4</sup> 1951. *A Razão*. Santa Maria. 17 nov.

falta de ensino técnico-profissional e à desorganização dos transportes a responsabilidade de tais problemas. Denunciou o editorial que os problemas enfrentados no setor agrícola não deveriam ocorrer num país dotado de recursos naturais.

Graças ao crescimento da industrialização e da urbanização, o país começou a ter sérios problemas acerca da energia elétrica. O texto de Müller<sup>5</sup> revela que o problema da eletrificação no Rio Grande do Sul começou a preocupar o governo do Estado já no final da década de 40 no governo de Walter Jobim, do PSD, que exerceu o mandato no Executivo Estadual de 1947 a 1951. Este governador pretendia resolver a questão, barateando a energia elétrica, importante insumo industrial para, assim, conter o êxodo rural. O mesmo autor ainda ressalta que os maiores entraves ao desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul eram de fato a precariedade dos setores de eletrificação e rodoviário<sup>6</sup>.

Em Santa Maria também faltava o satisfatório abastecimento de energia. O vereador Jorge Mottecy, do PSB<sup>7</sup> era o que mais movimentava a opinião pública sobre a necessidade de um “basta” nos frequentes cortes de luz. Em maio de 1951, este vereador encaminhou um requerimento ao Presidente da República a fim de que ele revogasse um aumento de 13% previsto para as taxas de energia elétrica<sup>8</sup>. O que de fato provocava descontentamento na população santa-mariense era o alto valor básico a ser pago (aquele que se paga independente de consumo) por um fornecimento precário, com constantes quedas e racionamentos. Artigos nos jornais locais (*Diário do Estado* e *A Razão*) declaravam que a usina fornecedora de energia elétrica à Santa Maria, ainda que tivesse capacidade de atender a todas as necessidades locais, provocava propositadamente estes descontentamentos, sem nada fazer para melhorar a situação, pois ela desejava que o governo “encampasse” o fornecimento de energia elétrica. Sendo o objetivo dos diretores da Usina a encampação pelo governo, a melhor estratégia era piorar dia-a-dia a qualidade dos serviços para que a população pressionasse o governo a agir neste sentido. Além disso, denunciavam os vereadores que, com o racionamento de luz, a usina que fornecia energia elétrica em Santa Maria, composta de capital privado, obteria cada vez mais lucros. Isso foi confirmado quando se constatou que população pagava muito mais taxas do que realmente consumia<sup>9</sup>. A barganha política por parte das empresas particulares que consistia

<sup>5</sup> MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org.). RS: economia e política. 1993. 2ªed. Porto Alegre: Mercado Aberto.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Convém destacar que este partido ‘escondia’ elementos de ideologia comunista, já que o PC era tido no Brasil como ilegal.

<sup>8</sup> Câmara de Vereadores de Santa Maria. Atas nº 12/52, 21/05/1952; nº 13/52, 23/05/1952; nº 14/52, 27/05/1952; nº 15/52, 30/05/1952; 1953. *A Razão*. Santa Maria. 17 jan.

<sup>9</sup> 1951. *Diário do Estado*, Santa Maria. 18 out.

<sup>10</sup> 1952. *A Razão*. Santa Maria. 22 mai.; 1952. *A Razão*. Santa Maria. 24 mai.; 1952. *A Razão*. Santa Maria.

em manter a péssima qualidade do serviço, objetivando a encampação por parte do governo também atingia o Estado.

Como a Constituição vigente na época estabelecia que a questão da luz elétrica era de competência do governo federal, Santa Maria não tinha força suficiente para pressionar a usina a melhorar os serviços de luz. O máximo que os vereadores locais faziam (e de fato o faziam) era reclamar ao governo federal a faculdade de poderem ajustar definitivamente a clamorosa e perigosa falta de iluminação. Diz-se “perigosa” porque, enquanto nacionalmente o problema da luz atingia as indústrias nascentes, em Santa Maria, o Hospital Astrogildo de Azevedo dependia, no mínimo, de um razoável abastecimento de luz para bem salvaguardar a vida dos seus internos.<sup>10</sup>

A Câmara de Vereadores da cidade também, frequentemente, preocupava-se em dirigir ao Congresso Nacional “pareceres” sobre os projetos que lá tramitavam. Como exemplo, o apoio dado pelo Legislativo santa-mariense a um projeto que tramitava no Senado e concedia anistia aos presos políticos, porém tal apoio não era unânime: vereadores do PSD demonstraram indignação diante da possibilidade de anistia a “certos elementos comunistas”. Neste sentido, alguns vereadores aproveitaram para denunciar a manifestação político-partidária que ocorria no local de trabalho da Viação Férrea, ainda mais porque estas manifestações diziam respeito “a um partido ilegal”.<sup>11</sup> Por outro lado, a oposição do governo municipal reivindicava dizendo que eram igualmente ilegais as repressões (usando da força) para dispersar tais manifestações.<sup>12</sup> Em 1952, evidenciou-se, na Câmara de Vereadores, um pronunciamento do vereador Jorge Mottecy (PSB) alertando para o perigo de um novo golpe, como o que ocorrera na década de 1930, e que instaurou uma ditadura. Denunciava ele que alguns manifestantes que pronunciavam discursos na Praça Saldanha Marinho foram dispersados pela polícia, atitude inadmissível num país que se dizia “democrático”. Este vereador ainda chamou a atenção para um pronunciamento do Sr. João Goulart no qual afirmava que Getúlio Vargas resolveria os problemas com ou sem partidos, alertando para as intenções menos democráticas do Presidente.<sup>13</sup> Convém ressaltar, após esta consideração, que o mundo vivia um cenário internacional de Guerra Fria, e os Estados Unidos mantinham o interesse de afastar qualquer “perigo comunista” do Brasil e da América Latina.

Em 1º de dezembro de 1951, foram diplomados o prefeito, o vice e os vereadores eleitos para o exercício do mandato legislativo que iniciaria em

---

29mai.

<sup>11</sup> Câmara de Vereadores de Santa Maria. Ata nº 208/51, 1º/10/1951.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Câmara de Vereadores de Santa Maria. Ata nº 03/52, 04/04/1952.

<sup>14</sup> 1951. A Razão. Santa Maria. 04 nov.; Câmara de Vereadores de Santa Maria. Ata nº 237/51, 31/12/1951.

<sup>15</sup> 1952. A Razão. Santa Maria. 21 set.; 1952 A Razão. Santa Maria. 20 set.

1952. Como no exercício anterior, prefeito e vice eram do PTB, bem como o era a maioria dos vereadores. Pertinente é destacar que não só em Santa Maria, mas em quase todos os municípios do Estado houve a vitória trabalhista, fato este que evidencia o prestígio dos eleitores do estado ao partido de Getúlio Vargas. Paradoxalmente, os editoriais do jornal *A Razão*, órgão dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, ligado ao capital externo e justamente por isso contrário à política Getulista, demonstravam evidente oposição ao governo e apontavam prováveis diretrizes que o Presidente deveria seguir para que a política brasileira passasse a seguir as aspirações do povo<sup>14</sup>.

Pelo que se pode notar, havia divergência com relação às opiniões acerca do governo de Getúlio Vargas nesta época, pois enquanto alguns atribuíam o mérito da vitória trabalhista no Estado às virtudes do Presidente da República, outros (como é o caso dos “Diários Associados”) insistiam em dizer que o presidente precisava mudar suas estratégias administrativas para melhor contentar o povo, denunciando a linha oposicionista deste veículo de comunicação. As evidências tornaram clara a correção da primeira assertiva, já que, em 1952, quando de visita a Porto Alegre, Getúlio Vargas contou com um grande apoio e se viu diante de manifestações de gratidão por parte do povo e de louvor à sua pessoa e administração<sup>15</sup>, receptividade esta muito comum em toda América Latina graças ao fenômeno do populismo<sup>16</sup>.

No cenário nacional, espalhavam-se as discussões sobre a criação da PETROBRÁS, pois as opiniões acerca do “nacionalismo” proposto pelo Presidente Vargas não eram unânimes. Em Santa Maria não foi diferente. O jornal *A Razão*, sempre fora favorável à inserção do capital misto na exploração do petróleo, enquanto que esta não era a orientação política dada pelo governo da época. Editoriais deste jornal consideravam que o Estado nunca se dera bem na administração de empresas, sendo esta a razão pela qual apoiavam a necessidade capital privado e estatal na exploração do petróleo. Certa feita, em 1953, este jornal apresentou ferrenhas críticas ao Senador Alberto Pasqualini do PTB quando este parlamentar defendeu a completa estatização da PETROBRÁS<sup>17</sup>.

Já na Câmara de Vereadores, a discussão assumia posições ora favoráveis à inserção do capital privado, ora contrárias. Vejamos alguns exemplos: vereadores do PSB (Mottecy, p.ex.) defendiam intensamente a completa estatização da PETROBRÁS, pois só assim o “nosso” petróleo estaria

---

<sup>14</sup> Que em rápido comentário pode ser definido como uma política de manipulação da classe trabalhadora em benefício da burguesia.

<sup>15</sup> 1952. *A Razão*. Santa Maria. 11 set.

<sup>16</sup> Câmara de Vereadores de Santa Maria. Ata nº 21/52, 20/06/1952

<sup>17</sup> VIZENTINI, Paulo. *Relações Internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente. 1951 – 1964*. 1995. Rio de Janeiro: Vozes.

livre dos *trust* estrangeiros. Vereadores do PRP (partido herdeiro das ideologias integralistas) defendiam a exploração mista do petróleo, sendo que a maioria das ações deveriam permanecer com o Estado<sup>18</sup>.

Vizentini<sup>19</sup> apresenta que o PTB e os comunistas (este últimos atuando na clandestinidade) eram os principais animadores dos “nacionalistas”. Porém eles se dividiam em aceitar ou não uma pequena inserção do capital estrangeiro em algumas das fases da instalação da PETROBRÁS. Em 1953 foi alterado o projeto da PETROBRÁS, pela emenda n.º 19, que permitia a inserção do capital privado na Companhia.

A opinião internacional não era silente quanto à política de Vargas. Como prova, menciona-se um trecho de um artigo escrito no *New York Times*, reproduzido no jornal *A Razão*, que diz ser a PETROBRÁS “o mais idiota” de todos os exemplos de nacionalismo que ocorriam na época no hemisfério sul.<sup>20</sup>

Apreende-se deste trecho, o nítido interesse do Estados Unidos em enfraquecerem a opinião pública brasileira quanto ao nacionalismo, com a clara intenção de inserir na política do Brasil o seu capital.

Quanto à questão trabalhista, Santa Maria, pelo seu grande número de ferroviários não podia ser inerte com relação à mesma. Líderes e sindicatos trabalhistas reivindicavam ao Presidente a regulamentação do direito de greve, repulsa à pluralidade sindical e ainda a participação dos empregados nos lucros das empresas. A classe dos ferroviários em Santa Maria era muito valorizada, e, por isso muitas publicações eram feitas no sentido de exaltar este funcionalismo.<sup>21</sup>

Pode-se afirmar com segurança que Santa Maria sempre esteve presente nas discussões nacionais. Primeiro, porque os prefeitos e a maioria dos vereadores do período analisado eram do partido que defendia a classe dos trabalhadores – o PTB. Segundo, porque a cidade abrigava um imenso contingente de servidores públicos nos trabalhos da Viação Férrea. A título exemplificativo desta colocação, pode-se citar o fato de que, em junho de 1953, mais de 1.000 funcionários deste setor público foram demitidos por razões pouco convincentes<sup>22</sup> (1.000 pessoas era um número bastante significativo numa cidade que contava com 50.000 habitantes). Dizia-se que a demissão em massa ocorrera em função da necessidade de “cortes nos gastos públicos”, mas os edis locais, inconformados com a situação em que ficariam muitas famílias santa-marienses devido ao desemprego, enviaram inúmeros telegramas ao Presidente da República, ao diretor da Viação Fér-

<sup>20</sup> 1952. *A Razão*. Santa Maria. 11 set.

<sup>21</sup> Câmara de Vereadores de Santa Maria. Ata n.º 1821/51, 02/05/1951; *Jornal A Razão*, 10/10/1952, p.6 n.º. 01, ano XIX; *Jornal A Razão*, 03/06/1953; *Jornal A Razão*, 02/06/1953.

<sup>22</sup> *Jornal A Razão*, 02 e 03 de junho de 1953.



rea no Rio Grande do Sul e também à Assembléia Legislativa<sup>23</sup>. Constatou-se que não foram poupados esforços para a readmissão destes trabalhadores. Este episódio foi veementemente abordado pelo principal veículo de informação local, que era o jornal "A Razão".

Em 04 de maio de iniciou-se em Santa Maria um movimento de greve dos trabalhadores ferroviários que durou 10 dias. O movimento ocorreu sem maiores transtornos à ordem pública, sendo que a Câmara de Vereadores manifestava-se ao governo do Estado como plenamente favorável às reivindicações ferroviárias, até porque muitos dos edis da época eram ferroviários ou tinha alguma ligação indireta com a Viação Férrea. de Santa Maria; assim o movimento alastrou-se por todo o Rio Grande<sup>24</sup>. Os referidos trabalhadores reivindicavam principalmente melhoras salariais: eles almejavam o pagamento imediato de um abono de emergência de CR\$ 500,00 a todos os ferroviários que recebessem menos de CR\$ 3.100,00. Além disso, queriam o pagamento pelos dias em que se mantivessem em greve e exigiam o compromisso do poder público em não realizar nenhuma represália aos ferroviários por causa da greve. Em princípio, o governo do Estado disse que não faria qualquer represália, mas pedia que os ferroviários voltassem imediatamente ao trabalho. Porém, deputados estaduais do PTB insistiam e incentivavam que os trabalhadores permanecessem em greve<sup>25</sup>. Em não retornando os ferroviários aos trabalhos, após algumas negociações, o governo prometeu preencher os lugares dos trabalhadores em greve, "quebrando", portanto a promessa de não que prejudicaria os funcionários paralisados. Ainda como forma de sensibilizar os grevistas, o Governador do Rio Grande do Sul, por meio de publicações, exaltava o "sentimento patriótico" daqueles funcionários que não aderiram ao movimento<sup>26</sup>.

A questão dos grevistas mobilizou toda a opinião nacional, fazendo com que muitos políticos se dirigissem da capital federal até Santa Maria para a solução dos problemas dos trabalhadores ferroviários. Em 14 de maio de 1954, cessou o movimento de greve, sendo os ferroviários vitoriosos em suas reivindicações<sup>27</sup>.

Pode-se dizer que a cidade de Santa Maria não se manteve alheia aos acontecimentos nacionais. Os vereadores moviam protestos e correspondências à capital federal para mostrarem-se conscientes da situação brasileira. Tanto que, quando João Goulart demitiu-se da pasta do Ministério do Trabalho, devido à polêmica causada pelo aumento de 100% do salário mínimo em 1º de maio de 1954, muitos santa-marienses do PTB solidarizaram-se

<sup>23</sup> Câmara de Vereadores de Santa Maria. Atas das assembleias do mês de junho de 1953.

<sup>24</sup> 1954. A Razão. Santa Maria. 05 mai.

<sup>25</sup> 1954. A Razão. Santa Maria. 11 mai.

<sup>26</sup> 1954. A Razão. Santa Maria. 07 mai.

<sup>27</sup> 1954. A Razão. Santa Maria. 13 e 14 mai.

com o ex-ministro, dirigindo-se até São Borja onde se encontrava Jango para manifestarem a ele seu apoio<sup>28</sup>. Esta questão do aumento do salário mínimo teve grande repercussão no comércio de Santa Maria, fazendo com que muitas reuniões ocorressem entre as classes patronais para definirem um programa de ação diante do aumento salarial. Estes programas, porém, não foram colocados em prática pois, como se sabe, o aumento de 100% do salário mínimo não chegou a entrar em vigor, mesmo tendo Getúlio assinado o decreto que assim determinava<sup>29</sup>.

No contexto santa-mariense que precedia a agonia do governo Vargas, concluiu-se que cidade sofria as mesmas crises da política nacional. Em Santa Maria, eram crescentes as movimentações contra o governo de ideologia trabalhista. O PTB local, por sua vez, encontrava cada vez mais dificuldades em rebater às críticas que lhe eram feitas. O máximo que podia fazer era rebater as críticas que tentavam destruir de uma vez por todas a popularidade de um governo que há muito já se encontrava em baixa. A oposição atribuía ao próprio governo a responsabilidade pela situação de crise, pois o mesmo insistia em manter políticas de favores e obséquios, o que muito prejudicava o Brasil.

O suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, teve grandes reflexos na cidade. Muitas moções de respeito e consideração foram prestadas em homenagem ao ex-presidente. Com relação à situação da política, logo após a morte do Presidente, houve denúncia dos vereadores, principalmente do PTB, afirmando que o governo, que assumiu no lugar de Getúlio, nada mais era que uma "marionete" nas mãos dos norte-americanos<sup>30</sup>.

## CONCLUSÃO

A incidência ou não dos reflexos da política Getulista no município de Santa Maria, foi respondida afirmativamente.

A Câmara de Vereadores, e a sociedade como um todo<sup>31</sup> preocupavam-se em debater e manifestar suas opiniões, nos jornais locais, sobre as decisões da política nacional que afetavam direta ou indiretamente a política da cidade. Santa Maria, em razão de a maioria dos seus políticos serem adeptos ao partido trabalhista – partido da situação, portanto – não se manteve afastada de todas as consequências resultantes da política de Getúlio Vargas.

<sup>28</sup> 1954. A Razão. Santa Maria. mai.

<sup>29</sup> 1954. A Razão. Santa Maria. 12 mai.

<sup>30</sup> 1954. A Razão. Santa Maria. ago.

<sup>31</sup> O que pode ser auferido por meio da leitura das Atas da Câmara de Vereadores da cidade e dos exemplares do jornal A Razão.

Desta forma, houve influência do governo de Vargas na vida política, econômica, e social da cidade. A análise dos artigos e editoriais dos jornais de Santa Maria<sup>32</sup> revelou que os veículos de comunicação, freqüentemente, demonstravam que questões como a criação da PETROBRÁS, movimentações dos ferroviários por melhores condições de trabalho e salários e, ainda, discussões sobre o alto custo de vida devido à crise em que se encontrava o país, não passavam despercebidas pela população santa-mariense. Considerando que os jornais da época mantinham a sociedade de Santa Maria sempre a par dos acontecimentos nacionais, bem como dos acontecimentos locais, pode-se deduzir que estes nada mais eram que a manifestação dos efeitos daqueles, enfatizando ainda mais a afirmativa de que Santa Maria assistia, ativamente, às projeções locais da política nacional.

#### REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org.). **Rio Grande do Sul: economia e política**. 1993. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto.

VIZENTINI, Paulo. **Relações Internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente. 1951 – 1964**. 1995. Rio de Janeiro: Vozes.

#### FONTES PRIMÁRIAS

**Câmara de Vereadores de Santa Maria**. Atas nº 182/51, 02/05/1951; nº 185/51, 09/05/1951; nº 199/51, 11/06/1951; nº 208/51, 1º/10/1951; nº 237/51, 31/12/1951; nº 01/52, 07/01/1952; nº 03/52, 04/04/1952; nº 12/52, 21/05/1952; nº 13/52, 23/05/1952; nº 14/52, 27/05/1952; nº. 15/52, 30/05/1952; nº 21/52, 20/06/1952.

---

<sup>32</sup> Essencialmente A Razão e o Diário do Estado